

JUVENTUDE AÇORIANA

E



Fernando Diogo (coord.)
Ana Cristina Palos
Ana Matias Diogo
Licínio M. Vicente Tomás
Oswaldo Silva

MUNDO DO TRABALHO

hmas

JUVENTUDE AÇORIANA

E



Fernando Diogo (coord.)
Ana Cristina Palos
Ana Matias Diogo
Licínio M. Vicente Tomás
Oswaldo Silva

MUNDO DO TRABALHO

hnmus

JUVENTUDE AÇORIANA E O MUNDO DO TRABALHO

Autores:

Fernando Diogo (Coord.)

Ana Cristina Palos / Ana Matias Diogo / Licínio M. Vicente Tomás / Osvaldo Silva

Diretor da coleção: Manuel Carlos Silva

Subdiretores: Luís Baptista e Ana Paula Marques

Capa: António Pedro

© Edições Húmus, Lda. e Autores, 2017

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Dezembro de 2017

Depósito Legal: 435209/17

ISBN: 978-989-755-312-7

Coleção Debater O Social – 48

AVALIADORES CIENTÍFICOS

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores- CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Rolando Lalandia Gonçalves

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores- CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

Pilar Damião de Medeiros

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade dos Açores- CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc

ÍNDICE

Índice geral	5
Índice de gráficos	7
Índice de tabelas	11
Índice de figuras	15
INTRODUÇÃO	17
METODOLOGIA	23
PARTE I	27
MODALIDADES DE TRANSIÇÃO ESCOLA TRABALHO	
<i>Fernando Diogo Ana Cristina Palos Osvaldo Silva</i>	
Introdução	27
1. Principais condicionantes da transição escola-trabalho nos Açores	33
2. Notas sobre a origem social dos jovens açorianos	35
3. Saída da escola	42
4. Ingresso no mercado de trabalho	55
Conclusão	67
Bibliografia	73
PARTE II	75
PERCURSOS PROFISSIONAIS DOS JOVENS	
<i>Ana Cristina Palos Osvaldo Silva Fernando Diogo</i>	
Introdução	75
1. Os jovens face ao emprego	78
2. Trajetórias de emprego	84
3. Precariedade nos percursos profissionais	94
4. Perfis percursos profissionais	104
Conclusão	112
Bibliografia	115

PARTE III	117
DESEMPREGO E INATIVIDADE JUVENIL	
<i>Ana Cristina Palos Fernando Diogo Osvaldo Silva</i>	
Introdução	117
1. O desemprego nas trajetórias dos jovens: períodos e duração	120
2. As redes de suporte dos desempregados	125
3. Perfis dos desempregados inativos	130
Conclusão	137
Bibliografia	140
PARTE IV	143
OS JOVENS AÇORIANOS FACE À FORMAÇÃO PROFISSIONAL: PERFIS SOCIAIS, FORMATIVOS E OCUPACIONAIS	
<i>Ana Matias Diogo</i>	
Introdução	143
1. Políticas de formação profissional e especificidades regionais	143
2. Caracterização da procura de ensino profissional	152
3. Perfis sociais, formativos e ocupacionais da procura de ensino profissional	158
4. Caracterização da procura de formação em contexto de trabalho	169
5. Perfis sociais, formativos e ocupacionais da procura de formação em contexto de trabalho	175
Conclusão	188
Bibliografia	193
PARTE V	197
ATITUDES E ASPIRAÇÕES FACE AO TRABALHO	
<i>Licínio M. Vicente Tomás Osvaldo Silva</i>	
Introdução	197
1. Jovens, atividades e realidade laboriosa	200
2. Jovens e suas representações sobre a vida ativa e o futuro	203
3. Representações e valores associados ao trabalho	227
Conclusão	235
Bibliografia	238
CONCLUSÃO GERAL	243
Anexos	247

INTRODUÇÃO

Fernando Diogo

O livro *Juventude açoriana e o mundo do trabalho* insere-se nos projetos desenvolvidos pelo Observatório da Juventude dos Açores (OJA), procurando aprofundar o conhecimento desta importante faceta da vida dos jovens. Este projeto foi desenvolvido sob a responsabilidade científica do CICS.UAc/ CICS.NOVA.UAc (anteriormente CES-UA) com financiamento do Governo Regional dos Açores.

O grande objetivo deste estudo, e deste livro em que se traduz, foi compreender o modo como se processa a transição para o mundo do trabalho dos jovens açorianos e os diversos tipos de relação com o emprego (em termos de trajetória), tendo em consideração o nível de escolaridade e a relação com a formação profissional escolar e extra-escolar, bem como as atitudes e aspirações, dos jovens, face ao trabalho e ao emprego. Sendo os Açores a região do país com uma maior percentagem de população jovem (15-34 anos) na população residente¹, 28%, bastante acima da média nacional de 22%, os problemas da juventude assumem aqui uma particular centralidade, dado o seu importante peso demográfico.

Se, em geral, a relação com o mundo do trabalho é uma componente fundamental da vida dos indivíduos, da sua identidade social e da sua posição social, no caso dos jovens apresenta uma importância ainda maior dado que é nesta fase da vida que em boa parte se define o destino social futuro. Dentro da relação com o mundo do trabalho, e para o caso dos jovens, tem particular relevo o percurso de transição escola-trabalho, questão central neste livro.

¹ Dados de 2016, INE e Pordata, estimativas anuais da população residente.

Acresce que a situação de persistente crise económica, política (em sentido lato) e social que se vive na Europa do Sul tem-se materializado em desemprego de massas e na precarização do emprego.

Se os problemas sociais na esfera do trabalho associados aos jovens são claros, em especial as dificuldades associadas à transição escola-trabalho nas dimensões do desemprego e da precariedade no emprego, os dados disponíveis não nos permitem saber muito mais. As estatísticas oficiais são importantes instrumentos de compreensão da realidade dado que nos permitem obter uma imagem rápida e, ao mesmo tempo, atualizada e diacrónica de um conjunto de variáveis-chave. Contudo, não permitem a compreensão aprofundada de populações, suas características, problemas, potencialidades e desafios dado o seu carácter iminentemente extensivo e centrado num número reduzido de indicadores-chave.

Nesse sentido, são necessários estudos específicos, como o que agora se apresenta, onde se aprofundam as questões despistadas nas estatísticas oficiais, concedendo aos decisores políticos, e à sociedade em geral, conhecimentos sobre as principais características e potencialidades das populações afetadas e sobre a evolução dos problemas detetados. Tudo isto em ordem a proporcionar o debate público (e político) das questões e, em última instância, para se desenvolverem políticas específicas, dirigidas a alvos concretos por contraponto a políticas genéricas, cegas e com baixa possibilidade de sucesso. Esta ideia de apresentar resultados que permitam contribuir para aumentar a adequação das políticas públicas aos diversos públicos-alvo para as quais são dirigidas, através da sua melhor identificação e caracterização, é um segundo grande objetivo que perpassa este estudo.

A grande questão teórica que se coloca num projeto de investigação deste género é a de o que é que entendemos por juventude? Este não é um assunto novo no contexto dos trabalhos da equipa do CICS.UAC/CICS.NOVA.UAC que desenvolveu este projeto (vide por exemplo Carmo *et al.*, 1990; Rocha *et al.*, 1995; Palos, 2002; Palos, 2004; Diogo, 2008; Diogo, 2014; Diogo e Faria, 2016). Neste sentido, o conceito será, neste ponto do trabalho, apenas alvo de uma abordagem onde se procura visitar as principais questões envolvidas, sem se proceder a uma revisão formal da literatura. A questão específica das idades em que se é jovem é abordada na secção metodológica deste livro e a definição de juventude é abordada no estado da arte das diversas partes em que o livro se divide.

Assim, nesta introdução apenas se pretende visitar as principais inquietações que têm guiado o questionamento desta temática, sendo que a revisão

formal da bibliografia está reservada para as diversas partes em que o livro se desdobra.

A primeira constatação a fazer-se sobre a definição de juventude é a de que se trata de um conceito fluido, envolvendo uma categoria de indivíduos em constante mutação e alargamento etário (cada vez mais indivíduos mais velhos são considerados jovens). Estas propriedades derivam tanto de questões científicas como de questões sociais.

Do ponto de vista científico, dada a sua complexidade social, a juventude tem sido definida de muitas maneiras ao longo do tempo no seio das ciências sociais, em especial da Sociologia, num esforço de procura da melhor definição possível mas também para acompanhar as transformações sociais que a afetam.

A fluidez do conceito de juventude está associada às suas próprias características sociais. Estamos a falar de um fenómeno de criação recente nas sociedades humanas. Até há relativamente pouco tempo os indivíduos com as idades que nos levam a designá-los como jovens eram considerados adultos. Só a partir do século XIX é que, verdadeiramente, se cria uma categoria social intermédia entre a infância (ela própria uma inovação social recente) e a idade adulta. Esta nova categoria social surge associada à crescente urbanização da sociedade; ao aumento do número de indivíduos a frequentar a escola, em períodos cada vez mais prolongados; à própria complexificação da sociedade, filha da revolução industrial; bem como à possibilidade de se ter um número crescente de indivíduos fora do processo produtivo, em especial da agricultura. A produtividade agrícola crescente das sociedades humanas a partir da revolução industrial é, aliás, a condição de base que permitiu a emergência de diversas categorias de indivíduos desligadas da esfera produtiva agrícola, como é o caso da juventude.

Contudo, para além de ser um fenómeno recente, em termos sociais, a fluidez da juventude também está associada ao facto de ser um fenómeno em mutação, sendo possível apontar alguns marcos definidores dessa mudança: a escolarização de massas (mais evidente a partir do final da segunda guerra mundial mas começando antes disso na europa); a instalação do desemprego de massas (a partir do primeiro choque petrolífero dos anos 70); e a precarização do emprego jovem (em crescendo desde os anos 80, em especial em determinados países e contextos europeus).

Não admira que seja difícil aos cientistas sociais em geral e aos sociólogos em particular definir claramente o que é a juventude. Acresce que esta não é apenas um conceito das ciências sociais. A sua fluidez está associada à sua apropriação pelos indivíduos, sendo usado com significados distintos por estes

e pelo Estado. Este último é uma entidade que, pelo seu peso na sociedade, tem a capacidade de impor categorizações e definições sociais como nenhuma outra. Neste sentido, a criação de políticas de juventude e de órgãos governamentais especializados na juventude contribuem de forma importante para a solidificação da ideia de juventude nas mentes e nas práticas dos indivíduos de todas as idades.

Não obstante a fluidez que a caracteriza a juventude faz parte da realidade social, é um objeto de estudo e a sua análise científica obriga a uma definição. Neste estudo assume-se que o ser jovem assenta, em primeiro lugar, na contradição entre maturidade biológica e menoridade social. A maturidade biológica representa a capacidade de um indivíduo conseguir gerar e criar a sua descendência e sobreviver por si próprio no seio da sociedade humana. Esta maturidade varia de indivíduo para indivíduo mas está já firmemente estabelecida por volta dos 15 anos.

A menoridade social significa que os jovens continuam a depender de outros para a sua sobrevivência (como as crianças). Entre estes outros destacam-se os pais, mas também estão presentes com relevância todo o tipo de instituições sociais que os enquadram, em especial as do Estado, com particular relevo para a escola. Existem outras agências estatais que enquadram os jovens (e que ao enquadrá-los ajudam a definir o que é um jovem e a juventude), desde logo os serviços de proteção a crianças e jovens e os serviços de saúde especializados em crianças e jovens.

É na resolução desta contradição social entre maturidade biológica e menoridade social que podemos encontrar a passagem para a idade adulta e o progressivo fim da juventude. Em boa parte, a passagem para a idade adulta está associada ao ingresso no mundo do trabalho e aos recursos que este proporciona aos indivíduos para lhes permitir uma vida autónoma dos seus pais e a (eventual) constituição de uma família de procriação.

Mas a transição entre a escola e o trabalho apresenta uma crescente variedade de trajetórias e está associada à diversificação das formas de relação com o emprego, pelo que se torna cada vez mais difusa, fazendo com que a solução da contradição entre maturidade biológica e menoridade social se arraste no tempo.

Se até agora estivemos a falar da juventude não podemos ignorar que a pertença a uma mesma faixa etária e a contradição entre maturidade biológica e menoridade social não constroem uma classe ou grupo social. Pelo contrário, se existem algumas características e um amplo consenso social que nos permitem falar de juventude não podemos ignorar que esta é uma construção social (uma condição social no dizer de Braga da Cruz *et al.*, 1984) e que é perpassada pelas mesmas contradições e desigualdades que atravessam a sociedade em geral. Para

marcar as diferenças existentes dentro desta condição social, é normalmente invocada a dicotomia entre juventude e juventudes.

Existem inúmeras desigualdades que permitem recortar entre os jovens uma grande diversidade de grupos e tipos, das quais salientamos as que têm a ver com o género; a própria idade (como explicaremos mais detalhadamente na secção metodológica deste estudo); a classe social; a educação; e o posicionamento na esfera do trabalho e do emprego (quando existente).

O livro ora apresentado organiza-se da seguinte maneira: depois desta introdução, focamos-nos na metodologia e, de seguida, nos cinco grandes eixos que estruturam o projeto. O primeiro respeita às modalidades de transição escola-trabalho; o segundo aos percursos profissionais dos jovens; o terceiro ao desemprego e inatividade juvenil; o quarto à formação profissional; e o quinto às atitudes e aspirações face ao trabalho.

Agradecemos o apoio do Dr. Filipe Machado em todas as fases deste livro e o apoio da Dr^a Herladina Belchior em boa parte da recolha dos dados. Relevamos o trabalho do Mestre Derrick Mendes nos acertos finais e nas sempre inevitáveis burocracias. Gostaríamos, finalmente, de realçar a prestimosa e sempre simpática cooperação do Dr. Acir Meireles da Rede Valorizar, a quem muito agradecemos.

BIBLIOGRAFIA

- CARMO, Francisco; Rocha, Gilberta Pavão Nunes e Medeiros, Octávio H. Ribeiro (1990). *Situação e aspirações da juventude nos Açores*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, Direcção Regional da Juventude.
- CRUZ, Manuel Braga da; Seruya, José Manuel; Reis, Luísa Braula e Schmidt, Luísa (1984). “A condição social da juventude portuguesa”. *Análise Social*, vol. XX, n.º 81-82, pp. 285-308.
- DIOGO, Ana Matias (2008). *Investimento das famílias na escola: dinâmicas familiares e contexto escolar local*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, Fernando (2014). “Algumas notas sobre juventude e emprego em Portugal”. *Observatório da Juventude dos Açores*. Recuperado de http://observatoriodajuventude.azores.gov.pt/media/mod_working_papers/Algumas%20notas%20sobre%20Juventude%20e%20emprego%20em%20Portugal.pdf publicado em 26 de Fevereiro de 2014.
- DIOGO, Fernando e Faria, Patrícia (2016). “Acesso ao mercado de trabalho: jovens com baixas qualificações e de contextos escolares desfavorecidos”, in Rocha, Gilberta Pavão Nunes, Gonçalves, Rolando Lalanda, Medeiros, Pilar Damião de, *Juventude(s): novas realidades, novos olhares*. Ribeirão: Húmus, pp. 73-101.

- PALOS, Ana Cristina (2002). *Os jovens, a educação e o trabalho: estratégias de escolarização e projectos de futuro (o caso de jovens açorianos)*. Angra do Heroísmo, Tese de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores (policopiado).
- PALOS, Ana Cristina (2004). “Da escola ao mundo do trabalho: quando a incerteza e a precariedade configuram a inserção profissional dos jovens açorianos”. *Arquipélago: Ciências da Educação*, nº 5, 31-61. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10400.3/2850>
- PORDATA (2017), INE, *estimativas anuais da população residente*. Acedido em novembro de 2017.
- ROCHA, Gilberta; Medeiros, Octávio e Diogo, Fernando (1995). *Juventude açoriana: caracterização, valores e aspirações*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Juventude.

METODOLOGIA

Fernando Diogo

Oswaldo Silva

Definido o problema em estudo na introdução deste livro, a população foi fixada na faixa etária dos 15 aos 34 anos. Esta decisão teve por base três constatações importantes, a primeira, de cariz operativo tem a ver com a possibilidade de se compararem os dados obtidos com outros estudos sobre a juventude açoriana já realizados, algo que nos dará uma perspetiva das transformações sociais porque esta tem vindo a passar.

A segunda constatação radica na ideia de que o conceito de juventude está a mudar. Referimo-nos ao ideal de juventude que subjaz às representações sociais sobre a juventude que perpassam a sociedade, às práticas dos indivíduos e a produção de políticas e ação do Estado.

Nestas representações sociais, práticas e na ação pública é-se jovem até cada vez mais tarde e isso significa que, nas suas consequências, os indivíduos sentem-se jovem e agem como tal até cada vez mais tarde. Por sua vez, esta transformação de representações e ações está associada a transformações mais objetivas na relação dos indivíduos com a sociedade. Em concreto, as transformações sociais que produziram a juventude como categoria social têm vindo a aprofundar os seus efeitos. Estão em causa especialmente duas, por um lado, a massificação da escola e o adiamento da idade de saída desta e, por outro, o adiamento da entrada no mercado de trabalho ou o ingresso em atividades profissionais precárias e mal pagas ou mesmo a instalação numa situação de desemprego mais ou menos prolongado. Estes dois fatores, conjugadamente, têm vindo a adiar o ingresso no mundo do trabalho (ou a instalação definitiva neste, no caso dos jovens que vão sobrevivendo em empregos precários e em desemprego ou em trajetória de emprego em carrossel) e a fluidificar a transição para a vida adulta ao dificultarem o acesso aos aspetos que definem o estatuto

de adulto: recursos financeiros suficientes para uma vida autónoma, saída da casa dos pais para se viver autonomamente, conjugalidade e, eventualmente, constituição de uma família de procriação. O adiamento do acesso a estes marcos da vida adulta prolonga no tempo as marcas da juventude: a contradição entre maturidade biológica e dependência social (da sociedade, do Estado e dos pais).

Estas observações levam-nos para a terceira constatação que justifica a fixação da faixa etária dos 15 aos 34 anos: um número crescente de estudos, a nível nacional e internacional, tem vindo a adotar este intervalo de idades, e pelas mesmas razões que enunciamos. Será, assim, mais fácil para nós compararmos os nossos resultados com outros estudos.

Não obstante a escolha do conjunto de idades a entrevistar sabemos que a juventude não é uma categoria social homogénea, como vimos acima. É certo que podemos falar de Juventude a partir das idades (e da ideia de coorte que lhe subjaz), da identificação de si e dos outros como jovem e da contradição entre maturidade biológica e dependência social. Mas Juventude é sobretudo uma forma de classificação dos indivíduos, sendo que estes são perpassados pelo mesmo tipo de desigualdades sociais que existem na sociedade no seu todo, algo que leva a que se fale em juventudes. Cientes das diferentes abordagens e definições que é preciso ter em atenção para uma análise correta dos dados subdividimos a nossa amostra em dois grupos: 15-24 anos e 25-34 anos. Mesmo entre os jovens a idade pesa e a probabilidade de se viver a juventude de forma distinta está-lhe associada. Os mais velhos estão já mais adiantados no processo de transição para a vida adulta (e alguns estarão aí já firmemente instalados) enquanto os mais novos estão legalmente obrigados a serem jovens por via da escolaridade obrigatória. Nas quotas, abaixo mencionadas, os grupos de idades foram ainda mais finamente divididos (15-19, 20-24, 25-29 e 30-34), em ordem a controlar-se melhor os efeitos da idade em questões centrais como a transição escola-trabalho.

Para a definição da dimensão da amostra considerou-se apenas São Miguel, Terceira, Pico e Faial. Com base nos dados dos Censos de 2011, e tendo em atenção que a população jovem nos Açores situada na faixa dos 15 aos 34 anos era neste momento censitário de 73529 indivíduos, verifica-se que cerca de 91,44% residem nas ilhas em questão, permitindo assim a representatividade da Região.

Os trabalhos de campo decorreram de maio de 2015 a dezembro de 2015 e a taxa de amostragem é de aproximadamente 0,95%, algo que se traduziu numa margem de erro de 3,9% e com um grau de confiança de 95%.

Para que a amostra recolhida mantivesse as mesmas características da população em estudo, foram utilizadas diversas variáveis (sexo, faixa etária, nível de habilitações literárias e ilha) e uma variável de controlo adicional, a ocupação dos jovens.

Releve-se que foram recolhidas 635 entrevistas nas quatro ilhas, distribuídas como indicado na Tabela 1. Nesta foram adicionadas duas colunas para se perceber a diferença entre a amostra teórica (At) e os dados recolhidos (Des), onde se pode concluir que se recolheram mais 1 questionário do que o previsto, estando S. Miguel com mais 6 casos e a Terceira com menos 5.

A amostra foi repartida pelo método das quotas interrelacionadas de ilhas, sexo e níveis de escolaridade. Ou seja, em cada ilha procedeu-se à repartição de acordo com a proporcionalidade verificada no último censo garantindo-se uma convergência integral.

Tabela 1. Distribuição dos entrevistados por Ilha

Ilha	Freq.	%	At	Des
São Miguel	416	65,5	410	+6
Terceira	147	23,1	152	-5
Pico	34	5,4	34	0
Faial	38	6	38	0
Total	635	100	634	+1

Existe, portanto, uma equivalência nos dados entre o teorizado e o recolhido. Nas restantes variáveis consideradas nas quotas os dados seguem o mesmo padrão.

Um objetivo que subjaz a este estudo é o de se identificar, sempre que possível e nas várias partes que o constituem, os perfis em que os jovens açorianos se dividem e agrupam. As diversas desigualdades sociais que perpassam as sociedades modernas estão presentes entre os jovens açorianos, fazendo com que para além da juventude se possa encontrar um conjunto diversificado de juventudes. Se pretendemos que as políticas sociais dirigidas de forma mais ou menos focada para este conjunto de indivíduos tenham efeito, então precisamos de saber como é que se estrutura e quais as diferenças entre os subconjuntos que o compõem.

Para atingir este objetivo, optou-se, do ponto de vista estatístico, por usar a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) dado que a maioria das variáveis, em estudo, é qualitativa numa escala nominal. A ACM é complementada com a análise de *clusters*, dado que esta permite definir de forma mais rigorosa os grupos (ou perfis) encontrados.